



# Anais da Assembléia

N.º 45

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1979.

ANO V

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 42.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1979

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Fuad Nacli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Renato Bueno, Túlio Zanchet. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Casa, de voto de profundo pesar pelo desaparecimento da Senhora Lurdes Bonin, esposa do ilustre Vereador do Município de São José dos Pinhais, ELON NATAL BONIN.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) RENATO BUENO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA BELFORT DUARTE, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

Requer, outrossim, dê-se ciência do presente à família enlutada na pessoa de sua filha Senhora Lucília Belfor da Silveira, residente à Rua Dos Jangadeiros n.º 15 - ap. 402 - Ipanema - RJ.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

A SENHORA MARIA BELFORT DUARTE, era filha

de Belfort Duarte, ex-jogador do América Foot Baal Club do Rio de Janeiro, cuja disciplina extraordinária em campo e fora dele, deu origem à instituição do Prêmio Belfort Duarte, a todos os atletas que em sua carreira futebolística não tenham sofrido nenhuma punição.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ FRANCISCO BORGES, ocorrido no dia 07 do corrente mês, na cidade de Jandaia do Sul.

O extinto com seu passamento consternou a sociedade de Jandaia do Sul, onde foi um pioneiro, ex-Presidente do antigo P.S.D. e gozava de grande estima e projeção naquela comunidade, deixando também, uma prole numerosa.

Uma vez aprovado o presente, requeiro que dê-se ciência à família enlutada, através da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ERVINO BAMBERG, ocorrido no dia 07 de maio, no Distrito Alto Santa Fé, Município de Nova Santa Rosa.

Seu passamento causou grande consternação naquela comunidade.

REQUER, igualmente, que deste ato dê-se conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) EGON PUDELL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento da PROFESSORA JACY FELTRIN, ocorrido em data de 08 do corrente mês, na cidade de São João do Ivaí.

Seu desaparecimento de maneira trágica, consternou a sociedade de São João do Ivaí, onde era radicada há longos anos e gozava da simpatia de todos quantos a conheciam.

A Professora Jacy Feltrin exerceu o cargo de Diretora do Grupo Escolar "Márcia Vostetz de Abreu", onde com seu trabalho dedicado e humilde, notabilizou-se e se fez conhecida como mestra e conselheira.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada, através da direção daquele Estabelecimento de Ensino, no referido município.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

que esta Casa aprove manifestação de regozijo aos novos Desembargadores: Doutores Jayme Munhoz Gonçalves, Szecepan Maximiliano Stasiak, Clementino Schiavon Puppi, José Lemos Filho, Plínio Cachuba, Sílvio Romero Stadler de Souza e Ildefonso Marques que em data de hoje tomaram assento ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência aos aludidos magistrados bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente daquela Corte de Justiça.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de apelo ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que seja construída uma Escola Isolada com três salas de aula na localidade de Ferraria, Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

A construção da Escola se faz necessária por existirem na localidade cerca de setenta crianças em idade escolar e devido às precárias condições da escola que ali existia, e que abrigava somente vinte crianças, estão atualmente frequentando aulas num barracão, antigas instalações de uma oficina de lataria e pintura.

Urge, portanto, a construção da referida Escola, pois assim seriam dadas melhores condições de ensino aos estudantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de transformar o Posto de Correio do Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, em agência postal.

Requer, outrossim, dê-se ciência do presente ao Sr. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

Baseia-se o nosso pedido no célebre desenvolvimento da sede do Distrito de Nova Prata, no crescente afluxo de correspondência que torna superada a estrutura de atendimento de um simples posto e na multiplicação de objetos despachados via postal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Sr. Francisco Fernando Fontana, Excelentíssimo Senhor Secretário da Indústria e Comércio, para que se inclua o Município de Campo Mourão, que é sede da micro-região de CON-CAM, no Programa de Descentralização Industrial, como Polo Industrial Regional.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão é sede da CON-CAM, Micro-Região que congrega dezenove municípios e conforme declarações à Imprensa nos últimos dias, não foi incluído no Programa de Descentralização Industrial, daí nosso requeri-

mento solicitando a referida inclusão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor FRANCISCO FERNANDO FONTANA, Digníssimo Senhor Secretário da Indústria e Comércio, para que se inclua o Município de União da Vitória, que é sede da micro-região, no Programa de Descentralização Industrial, como Polo Industrial Regional.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes reivindicatórios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Paraná; ANTÔNIO DELFIM NETTO, Ministro da Agricultura; e REINHOLD STEPHANES, Secretário da Agricultura do Paraná, no sentido de que sejam incentivadas as PESQUISAS em torno da produção da MENTA em nosso Estado, bem como sejam carreadas verbas para sustentação dessa pesquisa.

Temos a considerar, ainda, que até há bem pouco tempo o Estado de São Paulo foi o grande produtor de MENTA. Por falta de pesquisas e de recursos técnicos, nosso Estado passou a assumir o papel até então desempenhado por aquele Estado.

Agora, deparamo-nos com o mesmo problema e, caso não sejam tomadas enérgicas medidas objetivando recompor a situação do Paraná, o único produtor de MENTA atualmente (cuja produção está diminuindo a cada ano que passa), é triste dizer, mas será mais um ramo da economia brasileira que será absorvido pelo PARAGUAI.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

As justificativas estão sendo apresentadas em dados concretos, através do incluso documento.

1. Situação atual da Menta no Estado.

O Estado do Paraná é o maior produtor de óleo essencial de "menta arvensis", estando a produção concentrada principalmente nas regiões Oeste e Sudoeste. Em municípios como Santa Helena, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, etc., o produto representa um fator importante na geração de renda. (Quadro 1)

Quadro 1: área, produção e valor bruto da produção de alguns municípios do Estado - 1977/78

Município	Área (ha)	Produção (t)	V.B.P. (Cr\$)
Mal C. Rondon	726	43,5	9.570.000,00
Matelândia	1.600	60,0	10.944.000,00
Santa Helena	1.175	141,0	8.460.000,00

Fonte: Dados sobre a situação da Agropecuária Municipal do PR, 77/78, ACARPA.

Com o esgotamento da fronteira agrícola do Estado, a tendência natural é de se diminuir cada vez mais a produção, até a sua total extinção, considerada que é uma cultura rentável somente em áreas virgens, recém desmatadas. Observando-se a série histórica do quadro 2, tudo leva a crer que o desaparecimento da menta do solo paranaense esteja bem próximo se não houver uma reversão nas tendências atuais.

Quadro 2: área, Produção e Produtividade - 1973/79

Safra	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (Kg/ha)
1972/73	96.800	6.000	62
1973/74	51.500	3.000	58
1974/75	50.000	3.300	66
1975/76	39.980	2.680	67
1976/77	30.381	1.600	53
1977/78	13.960	654	47
1978/79	10.000	460	46

Fonte: DERAL - SEAGRI/PR

\* Estimativa

1.1 Os interesses Envolvidos no Cultivo da Menta

No momento em que o País se encontra em dificuldades para equilibrar o seu setor comercial, é de interesse, manter devidamente ativado todos os setores produtivos voltados ao comércio exterior. Nesse sentido, o óleo de menta torna-se um fator importante para geração de divisas. (Quadro 3)

Quadro 3: Exportações Brasileiras de Menta e Óleo Desmentolado.

ANO	Quantidade exportada (t)	Calor da Exportação (US\$)
1975	1.989	38,3 milhões
1976	3.044	33,6 milhões

Fonte: IBGE, CACEX, CFP

Embora exista concorrência de produtos similares, como de Mentol sintético e de "menta piperita" da Europa, as características especiais do mentol natural, torna-o insubstituível nas indústrias farmacêuticas e alimentícias.

Por outro lado, mesmo havendo limitações na quantidade consumida a nível mundial, há o interesse natural em manter a tradição de principal exportador do produto.

1.2 Introdução da Política de Preços Mínimos

Com a introdução do óleo bruto de "menta arvensis" na pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos, a partir da safra 1975/76, reduziu-se o problema das oscilações nos preços pagos aos produtores (o mercado era amplamente manipulado pelas indústrias de setor), e com isso abriu-se novas perspectivas para os que se mantinham no ramo. Embora tenha sido um grande avanço, que em condições normais induziria os agricultores a intensificarem os plantios, não se verificou o aumento da produção nas safras posteriores; pelo contrário, ela continuou decrescendo e está prevista uma pequena produção, de cerca de 500 (quinhentas) toneladas, para a presente safra.

1.3 Proposições.

Está claro que a garantia de preços mínimos por si só, não alterou a situação crítica em que se encontrava o setor. Evidencia-se pois, a necessidade de uma pesquisa mais intensa para identificar as possíveis variedades mais produtivas em áreas já desbravadas, e transferir para os agricultores as vantagens e benefícios que a tecnologia mais sofisticada de cultivo e tratos fitossanitários possa oferecer. Assim como se esgotaram as terras férteis no Estado, no Paraguai, para onde se transferiu a cultura, também ocorrerá o mesmo fato (acredita-se que dentro de quatro anos aproximadamente, a faixa de terra

roxa, no Paraguai esteja totalmente desbravada - CEP, 1978), e quando ocorrer esse fato, o Paraná já terá em mãos a tecnologia necessária para revigorar o seu parque produtivo.

2. As consequências do Sistema de Crédito Rural.

Em 1977, de Cr\$ 207.000.000.000,00 destinados a Crédito Rural do País, o Paraná captou em torno de Cr\$... 35.000.000.000,00. Em 1978, de um total de trezentos e cinco bilhões aplicados no País, calcula-se que o Estado tomou empréstimos da ordem de mais de cinquenta bilhões de cruzeiros. (Quadro 1)

Quadro 1: Crédito Rural na Agricultura Paranaense (Em Cr\$... 1.000,00)

ANO	N.º DO CONTRATO	VALOR
1970	190.258	1.305.847
1971	183.976	1.700.889
1972	192.790	2.931.881
1973	239.583	4.930.508
1974	237.308	8.148.156
1975	267.558	15.446.162
1976	278.551	22.160.701
1977	...	35.000.000
1978	...	50.000.000

Fonte: BACEN/DERAL/CEPA/PR

\* Estimativa

OBs: O crédito é destinado às atividades de custeio, investimento e comercialização (44%, 24%, 32% respectivamente em 1976)

Em 1976, do montante de recursos absorvidos pelo setor agrícola brasileiro, o Estado do Paraná participou em 17%, posição essa mantida quase que constante nos últimos anos.

Contudo, o fornecimento de crédito está voltado para as grandes propriedades com estrutura eminentemente empresarial, e essa política tem acentuado as tendências concentracionistas de renda, e como consequência, de propriedades. (Quadro 2).

Nesta linha de crédito, as culturas do soja, trigo e café absorveram, em conjunto, cerca de 70% (setenta por cento) do total nos anos de 1974, 1975 e 1976, enquanto que as culturas voltadas ao mercado interno como arroz, milho e feijão absorveram juntos tão somente 12,28%, em 1974; 15,22%, em 1975 e 11,84%, em 1976, do total do custeio agrícola alocado no Paraná.

Nota-se que o número de estabelecimentos, bem como o total de área das propriedades com mais de 100 (cem) ha. cresceu significativamente ao longo do período 1970/75, enquanto que as propriedades com menos de 100 (cem) ha. diminuiu tanto em número de propriedades quanto em total de área. (Quadro 3)

Com a concentração das propriedades, se dá a liberação da mão-de-obra via mecanização das áreas apropriadas; fato que geralmente vem aumentar o contingente de assalariados temporários no setor rural e urbano. O problema social gerado pelo modelo creditício ora em vigor poderá comprometer todos os planos desenvolvimentista do País, por não contemplar as necessidades técnicas e econômicas dos pequenos proprietários, parceiros e arrendatários.

Considerando que este segmento é o mais desfavorecido da agricultura, reivindica-se acesso à tecnologia que possibilite uma produção maior dos produtos básicos de consumo (feijão), mandioca, milho) para que possa fazer frente às investidas expansionistas da agricultura capitalista.

Quadro 3: Estrutura Agrária do Paraná - 1970/75

Classes de Área (ha)	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	n.º	%	ha.	%	n.º	%	ha.	%
-10	295.272	53,25	1.575.024	10,76	237.865	49,67	1.289.279	8,18
10 a 100	240.936	43,45	6.097.366	41,68	218.461	45,62	5.828.552	36,99
100 e mais	18.280	3,30	6.953.139	47,56	22.531	4,71	8.636.904	54,83
Total Geral	554.488	100,00	14.625.529	100,00	478.857	100,00	15.754.735	100,00

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975, IBGE  
Quadro 2: Crédito de Custeio dos Principais Produtos Agrícolas do Paraná - 1974/76  
(Em Cr\$ 1.000,00)

PRODUTOS	1974		1975		1976	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
soja	1.011.645	27,6	1.953.075	34,63	3.183.913	34,44
Trigo	493.535	13,20	1.232.667	24,86	2.270.601	24,57
Café	1.117.542	29,90	770.589	13,66	1.221.864	13,21
Sub-Total (1)	2.622.722	70,16	3.956.331	70,15	6.676.378	72,22
Milho	268.329	7,17	495.045	8,78	728.271	7,88
Arroz	156.776	4,20	335.637	5,95	309.991	3,36
Feijão	34.053	0,91	27.660	0,49	56.246	0,44
Sub-Total (2)	459.158	12,28	858.342	15,22	1.094.516	11,84
outras culturas	656.304	17,56	823.730	14,63	1.472.961	15,94
Total Geral	3.738.184	100,00	5.638.403	100,00	9.243.855	100,00

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, obedecida as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao **DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM - D.E.R.**, o abaixo-assinado, em anexo dos moradores dos Distritos de Dois Irmãos e Esquina Ipiranga, Município de Toledo, solicitando a **CONSERVAÇÃO** da estrada que liga aquelas localidades à sede municipal.

Requer, outrossim, seja encaminhado cópia deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Toledo, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Toledo e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

## JUSTIFICATIVA:

As exposta no próprio abaixo-assinado pelos moradores daquelas localidades, na sua maioria agricultores e trabalhadores rurais.

Trata-se de reivindicação popular, autêntica e, portanto, legítima.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, um apelo encarecendo a permissão para os veículos de carga, portadores de nota fiscal endereçada a Curitiba, possam ter o competente acesso aos pontos de carga e descarga, através da Rodovia do Café.

Tal apelo se alicerça na necessidade imperiosa de poupar combustível e de facilitar a circulação da riqueza de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com o apoio do Plenário, REQUER seja enviado veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes para que, com a máxima urgência, seja construído um Trevo na PR-643, na saída para a cidade de Uniflor.

Este apelo justifica-se, pois ali já várias pessoas perderam a vida, em acidentes.

Trata-se de um local perigoso e localiza-se num lançante propício a acidentes.

A Câmara de Vereadores de Nova Esperança preocupada com este local faz um veemente apelo neste sentido, que igualmente solicitamos seja apenso ao presente requerimento, bem como recorte de jornal daquela cidade que relata o último acidente com ônibus onde saíram feridas trinta e sete pessoas.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Representante do Ministério Público da Comarca de Araucária, que como Fiscal da Lei, poderá tomar as iniciativas legais que o caso demandar.

Que da decisão, comunique-se à Presidência da Câmara de Vereadores e ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Araucária.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

## JUSTIFICATIVA:

O Dec. Lei n.º 201, prescreve os casos de crimes de corrupção administração, inclusive estabelecendo o seu processamento e julgamento.

Como é de interesse do Ministério Público, por tratar-se de interesse público, procedo o envio dos documentos que denunciam ter o ex-Presidente daquela Câmara, cometido crime de corrupção administrativa e cabe à Casa pedir providências.

## REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, depois de submetido ao Plenário, vem mui respeitosamente, REQUERER seja enviado ofício ao Senhor Secretário dos Transportes, solicitando providências urgentes no sentido de ser procedida a conservação da estrada que liga a cidade de Toledo a Vila Ipiranga, Dois Irmãos até Quatro Pontes, que se encontram em estado precaríssimo.

Trata-se de uma região de elevada produtividade agrícola, cujo transporte é feito exclusivamente pelas rodovias.

O estado das mesmas, além de provocar o retardamento dos transportes, prejudica seriamente os veículos, cuja manutenção e o ônus sobre o produto, uma vez que recai sobre tais serviços de transporte.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979

(a) EGON PUDELL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, depois de submetido ao Plenário, vem mui respeitosamente, REQUERER seja enviado requerimento ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, vasado nos seguintes termos:

O Deputado Estadual Egon Pudell tem a elevação da honra de vir à presença de Vossa Excelência para encarecer-lhe a especial fineza de mandar estudar a possibilidade de ser iniciada a construção dos trechos da BR-467, que ligam a cidade de Toledo, no Estado do Paraná, às cidades de Marechal Cândido Rondon e Guaíra.

Justifica a sua solicitação a circunstância de a mesma atravessar as áreas de maior produtividade agrícola no Oeste do Paraná, cujos transportes são feitos exclusivamente pelas rodovias.

Outrossim, comunica a Vossa Excelência que a dita região, no oeste do Paraná, é a maior produtora de trigo e de soja em todo o Estado, e uma das maiores do País, paralelamente a grande produção de suínos, impar no Brasil, cujo escoamento reclama efetivamente melhores meios de comunicação mais rápidos e menos dispendiosos, que significa igualmente uma parcela positiva no processo de desinflação, esperando, por isto mesmo, que o presente venha merecer a elevada consideração de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) EGON PUDELL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, depois de submetido ao Plenário, vem mui respeitosamente, REQUERER seja enviado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando providências no sentido de autorizar a construção da 2a. via com pavimentação asfáltica na sede do Distrito de São José - Município de Santa Helena - na estrada que está sendo construída, ligando a cidade de Toledo ao

referido município.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) EGON PUDELL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário da Educação, solicitando que seja construído um novo estabelecimento de ensino, abrigando o 1.º grau completo, bem como reformado o único Grupo Escolar existente na localidade de FLOR DA SERRA, no município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

A localidade de FLOR DA SERRA, situada no Município de Capitão Leônidas Marques, abriga inúmeros agricultores de pequeno e grande porte, possuindo considerável população.

Todavia, possui apenas uma unidade escolar, construída pelo "INDA", há vários anos, a qual necessita de urgentes reparos, pois, é constituída de apenas 2 (duas) salas de aula onde estudam aproximadamente 380 alunos.

Além dessa reforma, o ideal seria construir-se um novo estabelecimento de ensino, com o primeiro grau completo, pois, a sede do Distrito de Boa Vista da Aparecida, ao qual pertence, fica a 10 km, tornando-se impossível o deslocamento dos interessados até o Grupo Escolar mais próximo.

As providências reclamadas pelos moradores de FLOR DA SERRA devem ser merecedoras de acolhimento, pois, segundo o Plano de Governo já anunciado no Setor de Educação, seria dado integral apoio às crianças em idade escolar.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI N.º 52/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "OBRA DO BERÇO DE MANDAGUAÇU", com sede e foro no Município de Mandaguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSO

## JUSTIFICATIVA:

A Obra do Berço de Mandaguaçu, que ora se pretende declarar de utilidade pública, presta, realmente, relevantes serviços à comunidade de Mandaguaçu, de forma desinteressada, pois nada cobra daqueles a quem serve.

O elenco de serviços que a referida Sociedade presta à população daquele município, por sinal vasta, por si só justifica a apresentação do presente plano de lei.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, ao final, a necessária aprovação.

### PROJETO DE LEI N.º 53/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de TUPÁSSI, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand e com as divisas do atual Distrito Administrativo e Judiciário de Tupássi, estabelecidas pela Lei n.º 5.436, de 30 de janeiro de 1967:

1.º — ao norte: partindo do Rio Alívio, por linha seca e divisória das colônias Peruibe e Pindorama, atuais glebas Aleixo e Lambari, até o Rio Verde ou Boi-Piquá;

2.º — a leste: pelo Rio Verde ou Boi-Piquá, da divisa das colônias Peruibe e Pindorama acima, até a divisa da Colônia Pindorama e Terrenos Lopei;

3.º — ao sul: pela divisa da Colônia Pindorama e Terrenos Lopei, do Rio Verde até a divisa da Fazenda Britânia, por esta divisa até ao Rio Alívio;

4.º — a oeste: pelo Rio Alívio, da divisa da Fazenda Britânia abaixo, até a divisa das Colônias Peruibe e Pindorama.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) EGON PUDELL

## JUSTIFICATIVA:

É de se considerar como altamente válido que a população de TUPÁSSI deseje com todo entusiasmo e convicção que este Distrito Administrativo e Judiciário adquira maioria política-administrativa. O mesmo compreende a sede, propriamente dita, e os patrimônios de JOTAESSE, PALMITOLÂNDIA e BRASILIANA. Há cerca de quase 10 anos, o censo de 1970 acusava uma população de 14.320, e de acordo com o seu desenvolvimento, a sua população atual deve estar se aproximando de 24.000 habitantes.

### PROJETO DE LEI N.º 54/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de VERA CRUZ DO OESTE, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de CÉU AZUL, e com as divisas do atual Distrito Administrativo e Judiciário de VERA CRUZ DO OESTE, estabelecidas pela Lei n.º 5.572, de 16 de junho de 1967:

Começa no Rio Xaxim, ponto de encontro da linha leste-oeste da divisa entre as glebas Rio Quarto e Guairacá, seguindo pela referida linha rumo leste até seu final, daí segue rumo norte pela divisa entre as glebas do Rio Quarto e São Francisco até atingir o Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce até alcançar a foz da Sanga Barra Funda e por esta acima, até a sua nascente de onde por linha seca e reta alcança a foz do Rio Xaxim no Rio São Francisco Falso Braço Sul, daí sobe o Rio Xaxim até alcançar o ponto de encontro da linha leste-oeste das glebas Rio Quarto e Guairacá: ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) EGON PUDELL

## JUSTIFICATIVA:

A criação do Município de VERA CRUZ DO OESTE é uma das mais antigas reivindicações do povo laborioso que vive e trabalha nesta referida localidade.

Vera Cruz do Oeste vem acompanhando o desenvolvimento do Paraná, com o trabalho, entusiasmo e patriotismo de sua gente; vem assimilando o processo de desenvolvimento de outras regiões; vem implantando sistemas técnicos dos mais modernos na sua produção agrícola, dando como resultado grande produtividade nas safras de soja, café, trigo, hortela, etc., assim como aumento considerável nos rebanhos, e no seu desenvolvimento industrial.

Em decorrência, paralelamente aumentou em termos singulares a arrecadação de impostos e população.

É inteiramente válido a necessidade de VERA CRUZ DO OESTE de adquirir maioria política-administrativa.

### PROJETO DE LEI N.º 55/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "ALBERGUE NOTURNO JOSÉ DO PATROCÍNIO", com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública tem por finalidade dar assistência médica-social aos desamparados sob seus cuidados, dar moradia e mobiliário ao maior número possível de pobres desamparados, buscando ainda prevenir-lhes a alimentação e agasalhos, tendo a entidade, para fazer face aos objetivos citados, um alberque noturno e ambulatório médico-dentário próprio.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do Expediente.

Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentei um requerimento hoje, para que se envie ao Ministério Público de Araucária, documentos que comprovam a corrupção administrativa na Câmara Municipal de Araucária, principalmente por parte do ex-Presidente da Câmara Municipal daquela cidade.

Tenho em mãos os documentos que comprovam um grave caso de corrupção administrativa. Envolve o ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Araucária, Vereador Jorge Abud, que durante sua gestão utilizou em benefício próprio verbas públicas destinadas àquele poder.

Administrar em causa própria, neste País, parece que tende a se constituir em prática corrente. É necessário que nós, representantes do povo no Poder Legislativo, tenhamos em vista a necessidade de denunciar e exigir a punição de todos aqueles que à sombra do autoritarismo e do arbítrio fizeram dos bens públicos sua fonte particular de lucros.

Este caso é exemplar. Na prestação de contas de sua gestão, o Vereador Jorge Abud, da ARENA, reconheceu o furo de Cr\$ 202.870,02. Prontamente o Prefeito Municipal, Rizio Wachowicz, aceitou a prestação de contas e a promessa de que o Vereador reporia a importância em determinado prazo. Prefeito e Vereador são da ARENA e se entendem. Mas o que está em causa não é a solidariedade que dois integrantes do partido governista possam ter para acobertar a corrupção. Está em causa, antes de mais nada, o interesse público, que manda que o Vereador Jorge Abud seja responsabilizado e punido por seu crime. Manda também, que seja investigada a convivência do Prefeito e de todos aqueles que possam ter contribuído para dar guarida à desonestidade.

Um dos males de qualquer regime de força é o de que sob a capa da moralidade e da intransigência vão se estabelecendo as condições para que a corrupção se alastre e acabe minando todos os segmentos da estrutura administrativa, em todos os seus níveis. Quando o Legislativo é enfraquecido e dele retirada sua função fiscalizadora efetiva, os corruptos passam a ter o meio ideal para exercer seu papel. Quando o Poder Judiciário é retirada a autoridade, o braço da justiça já não pode alcançar aqueles que se abrigam sob o manto da força.

Mas os tempos estão mudando. É preciso denunciar todo ato de corrupção administrativa, para que o povo compreenda o verdadeiro caráter de pessoas como Jorge Abud. É preciso dar ao Judiciário a oportunidade de julgar e punir todos aqueles que cometem crimes como o do ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Araucária.

É este o sentido do meu requerimento. Que seja enviado ao Ministério Público de Araucária os documentos que comprovam a corrupção administrativa para que se proceda ao julgamento dos implicados e se faça justiça ao povo daquele município.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — (Pausa).

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Elísio. O SR. JOÃO ELÍSIO — (Lendo): “Sr. Presidente.

O Deputado subscritor do presente, com o respaldo do Regimento Interno, requer, seja assinalada manifestação de apoio e aplauso ao Presidente João Baptista Figueiredo e ao Sr. Giulite Coutinho, Presidente do CND, pelas anunciadas medidas na área do esporte, no que se refere à construção de módulos esportivos nas cidades cujas populações situam-se entre dez e quinze mil habitantes.

Requer, outrossim, a inclusão das municipalidades paranaenses que se encontram naquela faixa, entre as que receberão tratamento prioritário, além de apresentar respeitadas sugestões, no sentido de serem procedidos estudos ao entendimento dos municípios com população inferior a dez mil habitantes, através de unidades esportivas consentâneas e ao seu diminuto porte.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

#### MÓDULOS ESPORTIVOS

O esporte sempre ocupou um papel de destaque entre a humanidade. Muitas das atividades hoje consideradas como esporte, principiaram como movimentos essenciais à própria sobrevivência e manutenção do homem, como por exemplo a pesca e a caça. São de tempos longínquos os exercícios corporais.

A Grécia país notavelmente evoluído para a época, berço da civilização ocidental, deu grande importância às ciências, às artes, aos esportes. Periodicamente eram realizadas, solenemente competições, em Olímpia.

Na idade média novas modalidades de jogos e competições foram incorporados, sempre levando em linha de conta o aperfeiçoamento humano.

Culminou em tempos modernos com notável organização de competições a nível internacional e o surgimento de diversas práticas.

A medida que os países vão se fortalecendo economicamente, par e passo procuram desenvolver as culturas esportivas, num processo realimentador de causa e efeito.

No Brasil o futebol reúne a preferência da maioria do seu povo. Lauréis foram conquistados de modo a dignificá-lo nesta modalidade. Todavia, os nossos índices nos chamados esportes olímpicos ainda são considerados sofríveis.

Sensível à problemática o Governo Federal procura estimular o surgimento de melhores condições ao seu desenvolvimento, ao tempo em que vem preparando os nossos atletas para a retomada da hegemonia mundial no futebol.

São medidas que reputamos das mais salutares cotejadas aos benefícios proporcionados aos espíritos.

O esporte se reveste de grande importância como elemento social e de desenvolvimento da personalidade, e a pedagogia moderna enfatiza a importância dos jogos individuais e coletivos no processo de educação global.

Assim, é que prazeirosamente tomamos conhecimento de que o Presidente Figueiredo vem de acolher sugestão do Presidente do Conselho Nacional de Desportos, Giulite Coutinho, para a construção de módulos esportivos.

Esses módulos esportivos serão construídos com recursos do Fundo de Assistência Social e serão proporcionados aos municípios, sem onus, a título de fundo perdido.

O plano prevê, inicialmente, a construção em cidades cujas populações situem-se entre dez e quinze mil habitantes.

E, primordialmente, em cidades mais pobres, principalmente no norte e nordeste, destinando-se em especial aos jovens,



que nos pequenos e médios aglomerados urbanos não tem maiores opções de lazer, e a oportunidade da prática de esportes.

Via de regra os municípios mais carentes possuem poucos atrativos à fixação das suas populações. Notadamente a juventude, por natureza inquietos, com espíritos mais abertos às mutações; qual aves de arribação, migram na busca de melhores condições.

Os pequenos núcleos são extremamente carentes de equipamentos urbanos. E o lazer, entre esses, é relegado a um plano secundário. Assim, desassistidos num setor que se reveste de grande importância de atração, que permite fixá-los às comunidades locais, ocupando-lhes o espaço de tempo ocioso, transmutam-se, engrossando os bairros já marginalizados das grandes concentrações urbanas.

Daí, saudarmos com grande entusiasmo a iniciativa do Presidente do Conselho Nacional de Desportos.

Diga-se que os módulos são revestidos de consentânea funcionalidade, estimando-se o seu custo, em aproximadamente oitocentos mil cruzeiros, cabendo ao município, em contrapartida, fornecer o terreno, e ao Estado, prover um professor habilitado em Educação Física.

Esses módulos esportivos se revestirão de um campo destinado ao futebol, uma pista de atletismo circundando-o, espaços para ginástica olímpica, duas quadras para a prática de basquete e vôlei, além de uma parte coberta. Prevê-se também, que os campos receberão iluminação, o que virá a permitir o atendimento àqueles que produzem durante o dia.

Desta forma se está criando condições reais de acesso a vários tipos de esportes, para grande quantidade de pessoas, principalmente os jovens, e os de menor poder aquisitivo, que haverão, em breve, de elevar o nível do esporte brasileiro.

Ressaltando-se os inúmeros benefícios que advirão para o bem-estar público, para a melhoria das condições culturais, físicas e psíquicas do homem brasileiro.

E, em última análise, para o aumento da capacidade produtiva da nação.

Constitui-se, sem dúvida, em medida que está a merecer o apoio e o aplauso da gente paranaense.

Ao tempo em que propomos estas medidas a serem apresentadas ao Presidente João Batista Figueiredo e ao Senhor Giulite Coutinho, Presidente do CND, encarecemos áquelas autoridades, no sentido de considerarem a possibilidade de contemplarem os municípios paranaenses entre aqueles que receberão tratamentos prioritários. Rogamos, também, levarem em linha de conta a possibilidade de atendimento aos municípios com população inferior aos dez mil habitantes, estudando-se opções mais em conta, compatível ao seu diminuto porte.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. “Quem não deve, não teme”. E como os banqueiros deste País, devem, eles temem.

No último dia 9, foi realizado em Medianeira, uma reunião de colonos, que se encontram acossados com os problemas das notas promissórias rurais.

Na véspera dessa reunião, compareceu junto aos organizadores da referida reunião, o Inspetor Geral do Banco do Brasil, Sr. Jayme Strozzi e que se propôs a comparecer durante a assembléia de agricultores, para esclarecer o problema das notas promissórias rurais, proposta esta que ficou de ser estudada, e se os colonos assim o desejassem, iria solicitar a presença do referido cidadão.

No dia da reunião, o Senhor Jayme Strozzi sem ser convidado, compareceu à assembléia e por não ter sido convidado, teve que da mesa se retirar.

Imediatamente, Srs. Deputados, apareceram como que caídos do céu, 20 policiais do 6.º Batalhão de Polícia Militar,

sediado em Cascavel. E os 20 policiais passaram a guarnecer o local da reunião, a Igreja Católica onde se realizava a reunião, e também a guarnecer o Banco do Brasil em Medianeira.

O Bispo de Foz do Iguaçu, presente à reunião, imediatamente procurou saber das razões de tal aparato militar, já que lá estavam reunidos colonos, em busca de soluções definitivas para o problema das notas promissórias rurais, e esse Bispo foi prevenido que aquele aparato militar se fazia presente porque um Deputado desta Assembléia, este que vos fala, havia prometido e havia dito que os colonos deveriam fazer piquetes em frente aos Bancos que estivessem a prejudicar as atividades do meio rural.

Esta foi a justificativa, e foi dito ainda mais ao Bispo de Foz do Iguaçu, que a presença desses policiais se fazia por ordens superiores. E quando inquirido, o Comandante daquele destacamento sobre quem dava as ordens superiores, disse que elas tinham vindo diretamente de Curitiba.

São os banqueiros, inclusive do Banco do Brasil, chefiado por um gerente que tem pressionado os colonos de Medianeira e da região; são os banqueiros que temem, e estão temendo, que este País, daí a pouco seu povo pegue em armas para resolver os problemas. Porque, aí estão as promessas, Srs. Deputados! E onde estão as soluções?

Aí está o Sr. Mattos Leão, vindo há mais de um ano, a esta Assembléia, dizendo que o Banco do Brasil não cobraria as notas promissórias rurais.

Aí está o novo Delegado do Banco do Brasil para o Paraná, também dizendo a mesma coisa.

E a verdade é que as notas promissórias continuam a serem cobradas. E os colonos não devem pagar e devem fazer piquetes à frente dos Bancos, se necessário for. E este Deputado aí estará, se necessário for.

Porque, estamos num momento de dizer um basta a esta burocracia! O que vale a palavra do Sr. Governador, do Sr. Secretário, do Sr. Delfim Neto, que parecem ser menos importantes do que a palavra de um gerentinho de Banco do Brasil de Medianeira!

Srs. Deputados, não somos só nós, Deputados que estamos preocupados com a solução dos problemas do homem do interior, também os próprios Bispos do Brasil, em documento memorável que trarei a esta Casa, na próxima semana, um documento aprovado por unanimidade, na última Convenção de Itaipu, se pronunciam especificamente sobre o problema das notas promissórias rurais.

Também, aqui no Paraná, e acredito que os Srs. Deputados estejam recebendo, hoje, em seus gabinetes, as conclusões da mesa redonda em apoio aos lavradores envolvidos no problema das NPRs.

Mesa redonda promovida pela Comissão de Justiça e Paz, com a presença de Deputados da ARENA e do MDB, que representavam as duas bancadas. E as conclusões, que passo a ler, mostram do acerto, do posicionamento desta Casa, dos Bispos do Brasil e de que, realmente, querem defender a nobre causa dos homens que são explorados neste País.

Vejam, Srs. Deputados, o que concluiu essa mesa redonda que incluía políticos, que incluía advogados, que incluía os Bispos de Curitiba:

“1) — Que se proceda o pronto, imediato e justo reembolso aos produtores endossantes, com juros e correção monetária, dos valores correspondentes às NPRs já pagas.

2) — Que se determine a ineficácia, como forma de vinculação cambiária, dos avais e endossos dados pelo produtor rural, para que a responsabilidade de pagamento das NPRs recaia, única e exclusivamente, sobre os compradores de produtos agrícolas, emitentes das NPRs, que não honrarem seus compromissos.

3) — Que cesse imediatamente, todo procedimento judicial pleiteado por agência bancária contra os endossantes de



NPRs, cabendo a tais agências financiadoras todo ônus referente aos processos.

4) Que seja extinta totalmente a responsabilidade dos agropecuaristas, descaracterizando-se doravante o uso das NPRs como forma de financiamento às empresas, e deixando-se de exigir ou validar o endosso dos lavradores em tal tipo de título de crédito.

5) Que as medidas pertinentes às propostas antes mencionadas, sejam oficializadas com a máxima urgência que o problema exige, e imediatamente transmitidas aos órgãos executores, face ao estado de apreensão em que se encontram os agricultores envolvidos.

6) Que as entidades promotoras, e todos os participantes das Mesas Redondas sobre NPRs, bem como os organismos representativos da classe, mantenham-se permanentemente vigilantes quanto ao assunto, na defesa intransigente dos interesses dos agricultores.

7) Que seja criação de instrumento apropriado destinado a suprir crédito direto à indústria, para impedir-se o desvirtuamento no uso das NPRs, atualmente utilizada como mecanismo de financiamento de capital de giro.

8) Que as autoridades legislativas promovam global e necessária revisão da legislação do crédito rural, consoante conclusões deste documento.

Em apoio aos agricultores prejudicados pelo problema, e face à situação existente, decidiu-se:

1) Sugerir aos lavradores tomada de posição no sentido de não pagamento das NPRs e/ou, não assinatura de qualquer documento que implique em "acordo" de "confissão de dívida".

2) Sugerir imediata denúncia à Comissão Pontifícia de Justiça e Paz de quaisquer atos de pressão ou intimidação, que venham a sofrer os agricultores endossantes, por parte dos agentes financiadores.

3) Manifestar solidariedade às iniciativas da união e organização dos lavradores."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, mas informa ao Sr. Deputado que V. Ex.<sup>a</sup> tem um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado.

Encerrarei, Sr. Presidente, fazendo a sugestão às autoridades superiores que determinaram que a polícia estivesse presente naquela assembléia, que esses policiais fossem enviados à Rua das Flores, para prender os Diretores da Oleolar e da Frimesa, que pela Justiça tiveram as suas prisões preventivas decretadas há muito tempo, e que estão livremente nesta Capital, a usufruírem os grandes lucros, os grandes ganhos que tiveram, às custas dos homens que produziram, que venderam e que não receberam. Não há necessidade nem de ir buscar, na Suíça, os desavergonhados que tiveram a coragem de falir fraudulentamente, empresas, para viverem às custas do suor do nosso povo. Ali, na Rua XV, prenderão diversos Diretores que têm prisão preventiva, e que estão gozando, inclusive, da manifestação da Justiça paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa registra a presença, neste Plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Umuarama, Tuguio Setogutte.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vimos a esta tribuna, para rapidamente, justificarmos o requerimento que encaminhamos à Mesa, e que passaremos a ler. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais e uma vez ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhada solicitação ao SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA do Estado do Paraná, para que informe todas as razões que

levaram mais de 20 soldados do 6.º Batalhão Policial Militar de Cascavel (PR), por determinação da Secretaria em referência, a guarnecer ostensivamente a Casa Paroquial de Medianeira (PR), local onde estavam reunidos 950 agricultores, que tratavam sobre o grave problema das NPRs, numa programação da CNBB - Regional Sul II e membros da Pastoral da Terra. Acresce-se, por outro lado, que os militares armados acabaram por provocar não só indignação aos agricultores presentes, como também chegou a haver uma ameaça de rebelião contra a atitude da autoridade mandante.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Praticamente seria dispensável fazer mais justificativas, diante do que aqui foi dito pelo Sr. Deputado Deni Schwartz. No entanto, nos surpreende, Sr. Presidente, que o Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Fassa, presente à reunião, interpelou o Comandante dos militares, pedindo explicações sobre a ostensiva presença armada dos militares, sendo que se tratava de uma reunião de agricultores, pacífica, para tratar de assuntos da classe. A resposta do Comandante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi, de que estava cumprindo ordens superiores. Indagado pelo Bispo de Foz do Iguaçu, sobre de quem partiram tais ordens, respondeu o Comandante que elas eram originadas de Curitiba.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe a esta Casa e ao Povo do Paraná, explicações por parte de Sua Excelência o Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, para que justifique e indique as razões efetivas do porquê desta presença de um batalhão de choque, numa reunião de agricultores, numa casa paroquial, quando tratavam de assuntos da classe.

É preciso que nós relembremos ainda aqui, Sr. Presidente que ainda há um resquício de Constituição brasileira e que, no seu artigo 153, parágrafo 27, diz que: "todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo, a autoridade, senão para manter a ordem". E diz mais o parágrafo seguinte: "é assegurada a liberdade de associação para fins lícitos". No entanto, precisamos deixar, aqui, o protesto mais veemente possível a esta presença ostensiva polícial, numa reunião de agricultores. É uma realidade que vem a deixar indignada não só a classe política, não só os patrocinadores e organizadores do movimento, não só os agricultores, mas, a própria personalidade deste Estado do Paraná, a própria moral pública, porque, não se admite que os agricultores, fazendo um movimento de solidariedade em torno de um problema gravíssimo que enfrentam, tenham esse tipo de presença, ostensiva, da autoridade policial, e principalmente, com ordens superiores, de Curitiba.

Precisamos saber, portanto, o porquê dessas ordens. Será que o nosso agricultor envolvido em 130 milhões de cruzeiros em Notas Promissórias Rurais, da onde ele deverá tirar esse dinheiro, porque esse compromisso em que ele é endossatário-avalista, simplesmente representa o resultado do seu próprio produto.

O agricultor precisa de atenção e solução definitiva ao problema, não de aparato policial. Parece, Senhor Presidente, que se generalizou neste País, novamente, esta presença ostensiva, ora intervindo nos sindicatos dos operários em São Paulo, ora o Ministro do Trabalho indo à televisão e num recado bem dado, colocar, como se tivessem convergências socialistas por traz da fome do povo brasileiro.

Amanhã ou depois, Senhor Presidente, estarão dizendo que por traz dos Bispos da Pastoral da Terra e dos Agricultores, está a convergência socialista. Amanhã, ou depois, Senhor Presidente, dirão que os Deputados que se manifestam nesta Casa contra as injustiças deste País, são vermelhos, porque a consciência social desse Governo, a impotência de resolver os problemas do povo, acabam criando esse tipo de solução e nos cabe que esta Assembléia, com personalidade, solicite ao Secretário

de Segurança Pública deste Estado, que justifique e que leve a público as causas geradoras do seu comportamento, determinando que os policiais cerquem uma casa paroquial onde pacificamente, agricultores tratam do seu assunto.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e espero que esta Casa apoie e aprove este requerimento, para que tenhamos oficialmente uma decisão de uma confirmação do porquê desse aparato policial e dessa ordem superior.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos ouvindo nesta atual Legislatura, tanto falar nas faixas de fronteiras dos municípios e eleições, e também de prorrogação dos mandatos dos atuais Prefeitos.

Tomamos uma atitude, junto com diversos Deputados que nós consultamos, que fazem política na área da faixa de segurança e os demais, que fazem política no Estado todo, tanto da Oposição, como da Situação.

Falamos com o Deputado Werner, com o Deputado Tércio Albuquerque e com o Deputado que acabou de assumir, do sudoeste, no lugar de Ivo Thomazoni, para que houvesse eleições nas faixas de fronteira. Estamos com Telex redigido, preparado e vamos trazer aos Deputados da ARENA que fazem política na faixa de fronteira para que eles assinem e para que este Telex seja dirigido ao Senhor Presidente da República, para que nós tenhamos uma eleição nas faixas de fronteira. Queremos ver os Deputados que irão colocar a sua assinatura, nesse Telex, que será dirigido ao Presidente da República, ao Senado e à Câmara Federal.

Com referência à tão falada eleição e prorrogação de mandatos dos atuais Prefeitos, faremos um trabalho conjunto com os demais Deputados, meus Senhores.

O nosso ponto de vista e demais Deputados, muitos dos Senhores sabem, nós queremos eleições no Estado todo, queremos uma eleição por seis anos, uma eleição que dê direito aos atuais Prefeitos que estão no mandato, que possam concorrer à eleição, para dar uma demonstração que o povo deve ir às urnas votar e vamos aguardar, porque este pronunciamento, na data de hoje, é um pronunciamento que eu faço, baseado como ex-Vereador que eu fui em Centenário do Sul; nesta Casa de Leis eu estou há doze anos, meus amigos; não estou falando só por mim e nem por meia dúzia de homens mas, ouvi a opinião da maioria dos meus amigos e dos meus companheiros. Não quero ser agradável a quem quer que seja mas, quero ser agradável, sim, a um mandato que o povo me conferiu e me trouxe a esta Casa dando poderes para que eu falasse desta tribuna o seu pensamento e o seu pensamento será levado ao Presidente da República, porque nós faremos uma consulta a todos os Vereadores e Prefeitos e às Lideranças Políticas do Interior, na quarta-feira, em impressos feitos para que eles respondam os quesitos se querem eleições, ou se querem a prorrogação. Se eles querem permanecer nessa situação. Quero dizer aos Srs., vamos ver aos Prefeitos que estão na Prefeitura, aqueles que têm condições de disputar eleições, que disputem eleições; aqueles que querem ir para casa, que vão para casa; mas, nós não podemos mais continuar — e eu não quero mais ser Prefeito, Fuad; eu não quero mais ser Prefeito, Deputado; vou ficar porque sou obrigado. Nós vamos ouvir, depois, se houver uma prorrogação, daqueles que ficaram numa Prefeitura, que foram obrigados a ficar na Prefeitura. Vamos dar o direito para que o povo paranaense e do Brasil todo escolha o seu Prefeito. Para que o Paraná diga, bem alto — votamos no Prefeito, não só da Capital mas, também na faixa de fronteira e em todos os Municípios do Paraná.

Sr. Presidente, este pronunciamento meu, hoje, sei, perfeitamente, da minha responsabilidade como Deputado. Eu falei

em faixa de segurança, mas antes de falar em faixa de segurança, nos municípios eu consulte quase todos os Deputados que fazem política em Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Toledo e no Sudoeste, o Deputado que acabou de assumir esta Assembléia e foi uma voz nós queremos eleições; não temos medo do MDB, não temos medo dos nossos adversários. Se eles ganharem as eleições, eles que fiquem na Prefeitura. Eles que levem. Se nós ganharmos, nós ficamos com a Prefeitura. Vamos dar o direito para que o povo escolha o seu Prefeito.

Era o que eu tinha que dizer desta tribuna,

Meu muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

14 de maio, o Governo do Estado do Paraná, o Paraná inteiro deverá reverenciar e prestar uma homenagem a um dos maiores vultos paranaenses: Caetano Munhoz da Rocha. E, eu, como Deputado, que tive a felicidade de conhecê-lo, admirá-lo e respeitá-lo, ocupo a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, onde nos associamos ao Paraná inteiro que irá, a 14 de maio, render homenagem a esse grande vulto, um dos maiores vultos paranaenses, no centenário do seu nascimento.

E digo aos Srs. Deputados e ao Paraná. (Le):

“O culto às figuras exponenciais do passado não tem sido um hábito muito cultivado na história recente do nosso Estado. Nas últimas décadas, a revolucionária expansão econômica que sacudiu o Paraná valorizou, em nosso ambiente natural, social e político, as preocupações intelectuais em torno de temas relativos à história econômica aos ciclos de desenvolvimento material, às particularidades do crescimento da agricultura, da indústria, dos serviços, das obras públicas, enfim, dos empreendimentos e realizações materiais, em detrimento, até certo ponto, das lembranças que toda sociedade deve manter, bem vivas, daqueles homens que pela inteligência, pelo caráter, pelo amor à causa pública, pela dedicação com que trabalharam e produziram em benefício da comunidade, foram modelo e exemplo de civismo e de cidadania.

Caetano Munhoz da Rocha foi um desses homens.

Reverenciar, portanto, neste 14 de maio, a memória de Caetano Munhoz da Rocha, pela passagem do primeiro centenário do seu nascimento, é, antes de tudo, reavivar o culto aos nossos antepassados exemplares.

Esse extraordinário homem público, que governou o Estado por dois períodos consecutivos, de 1920 a 1928, foi uma das maiores expressões da vida política paranaense.

Essa afirmação cresce de significado se considerarmos que esse período da história pátria foi marcado por profundas transformações, políticas e sociais, que culminaram com a revolução de 1930.

Mesmo assim, governando um Estado que não encontrara ainda o caminho do seu pleno desenvolvimento, exatamente na época em que se consolidava a hegemonia econômica e política do vizinho Estado de São Paulo, mercê da emergência, naquela unidade da Federação Brasileira, da primeira economia industrial do País, sedimentada na riqueza gerada pelo café, Caetano Munhoz da Rocha realizou uma administração extraordinária, dentro dos padrões do seu tempo, deixando na vida da comunidade paranaense marcas profundas pelo sentido e pelo alcance social da obra que realizou.

Mais importante ainda, para nós que militamos na vida política e temos a responsabilidade do mandato popular: deixou lições de aguda percepção política que se mantêm atuais até hoje. Entre esses exemplos e essas lições a mais significativa, talvez, tenha sido o extraordinário devotamento à causa pública e a inabalável decisão de governar com o consenso e a

vontade do povo.

Caetano Munhoz da Rocha foi Deputado em sete legislaturas consecutivas, de 1904 a 1917; Secretário da Fazenda no Governo Affonso Camargo, entre 1916 a 1920; Vice-Presidente do Estado no mesmo período; Prefeito de Paranaguá duas vezes, de 1908 a 1912 e de 1912 a 1916; Presidente do Estado também em duas gestões, de 1920 a 1924 e de 1924 a 1928; Senador da República de 1928 a 1930; Deputado à Assembléia Constituinte Estadual de 1935 a 1937; finalmente, em 1939, assumiu o último cargo de sua fecunda carreira de homem público: por nomeação do Presidente da República, foi Presidente do Conselho, então Departamento Administrativo do Estado.

O fato mais importante a destacar, nessa longa carreira de mais de três décadas de serviços prestados à causa pública do nosso Estado, é que Caetano Munhoz da Rocha, ao falecer, em 23 de abril de 1944, era um homem pobre. Como destaca a historiadora paranaense Maria Nicolas, "morreu pobre, naquela pobreza digna que eleva aqueles que tudo fizeram em benefício do seu torrao".

Como fruto da sua ação administrativa, nos dois períodos que governou o Estado, basta lembrar algumas das suas obras mais importantes, já cinquentenárias, que continuam servindo até hoje ao povo paranaense. Destaquemos as mais significativas, como amostragem do sentido social e comunitário da sua administração: As Escolas Normais de Curitiba - Instituto de Educação -, de Ponta Grossa e de Paranaguá; o Sanatório São Sebastião, da Lapa; o Leprosário São Roque, de Piraquara; o Asilo dos Velhos, o Hospital de Isolamento, o Hospital Oswaldo Cruz e o Laboratório de Análises Clínicas, de Curitiba; 700 quilômetros de estradas, nas regiões produtivas do Estado.

A sua visão política, no entanto, aberta e sensível aos fenômenos emergentes de uma nova realidade social e política que sacudia o País, é que deve ser destacada lembrada, divulgada e louvada, como inspiração e exemplo para as novas gerações.

Como administrador iniciou, no Paraná, e talvez no Brasil, a prática salutar de publicar, diariamente, os balancetes do Tesouro Estadual, para permitir que a comunidade fiscalizasse a aplicação dos dinheiros públicos.

Como parlamentar, presidindo a Assembléia do Estado, sofreu que fossem abolidas as bandeiras, os símbolos e os hinos estaduais, apelando para os presidentes das Assembléias dos demais Estados para que o apoiassem, "pois que a Pátria é indivisível, sendo portanto, uno o seu símbolo".

Esse, Senhores, o vulto isigne não apenas do nosso Estado mas da Pátria, cuja memória cultuamos no centenário do seu nascimento.

Homem digno e Pai exemplar. Legou ao Paraná uma família que dignificou e dignifica o nosso Estado.

Para honra e orgulho nosso, paranaense."

O Sr. Darcy Deitos - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) - Nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, a bancada do MDB se solidariza com a bancada de Vossa Excelência nas homenagens ora prestadas a esse eminente paranaense, Caetano Munhoz da Rocha.

O meu muito obrigado.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Agradeço o aparte do Sr. Deputado, que fala em nome da bancada do MDB.

E assim o Paraná com o seu aparte, Sr. Deputado, pode sentir as justas homenagens que o Paraná inteiro presta a este vulto histórico de nosso Estado, e de nossa federação que muito fez pelo Estado e, como disse ao encerrar as nossas palavras, e que repito, homem digno e pai exemplar, que legou ao Paraná uma família que dignificou e dignifica o nosso Estado.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Antes que Vossa Excelência deixe a tribuna, onde está prestando, na qualidade de Presidente da Casa e de Deputado do Paraná, uma homenagem a uma das figuras mais ilustres da História do Paraná, no instante que Vossa Excelência traça o perfil de um homem honesto, de um homem que com todo o poder que teve nas mãos, por um longo período, deixa o Governo do Estado, recolhe-se à vida privada; morre não pobre, mas como um homem da classe média, como um simples homem da classe média e é por isto que não poderia deixar de, na qualidade de Líder da bancada majoritária desta Casa, também emprestar a nossa solidariedade às palavras de Vossa Excelência. Porque nós também, como Vossa Excelência, somos admiradores profundos do nobre paranaense que hoje Vossa Excelência homenageia.

E vamos além porque a vida pública de Caetano Munhoz da Rocha não terminou, quando ele deixou o Governo, houve continuidade na pessoa de seu ilustre filho, que também foi um dos Governadores que mais fizeram por esta terra e mais elevaram o nome do Paraná, não só junto aos demais Estados brasileiros, mas até no Exterior.

E hoje nós estamos aqui sediados, o Poder Legislativo está sediado, no Centro Cívico, que foi um sonho muito grande de Bento Munhoz da Rocha que foi realizado. Graças a este sonho, a esta visão extraordinária, à sua capacidade de visão administrativa, é que o Paraná hoje conta com o Centro Cívico que é o orgulho de nosso Estado, inclusive na visita de delegações estrangeiras, estas tem vindo a Curitiba para presenciar a imponência deste conjunto arquitetônico; e outras realizações de Bento Munhoz da Rocha, que situo como um dos nossos grandes Governadores e que, a exemplo de seu honrado pai, deixou o Governo também e foi reassumir seu emprego na Caixa Econômica Federal.

Emprego modesto. Saiu do Governo mais pobre do que entrou. Isto só, só este fato, já chega para enaltecer, para perpetuar o nome destes dois ilustres paranaenses nos Anais da História do Paraná.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Agradeço ao nobre Líder...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - A Mesa lamenta e comunica ao Sr. orador, que tem um minuto.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Muito obrigado, terrino. Agradeço o aparte do nobre Líder, Erondy Silvério, que veio dar maior brilho às homenagens em que o Paraná inteiro está prestando a este grande vulto, Caetano Munhoz da Rocha que, como disse, legou ao Paraná muito. Mas o que mais nos toca, são os exemplos que Caetano Munhoz da Rocha deixou; os exemplos de dignidade; os exemplos de trabalho; os exemplos de um pai exemplar que deixou ao Paraná, como já disse, uma família que é o orgulho de todos nós paranaenses.

Muito obrigado. - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - No horário reservado à liderança do MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente. Antes de entrar no assunto que haveremos de tratar, neste horário, fui incumbido pela Liderança de apenas endoçar o telex que está sendo enviado ao Presidente da República, solicitando eleições para Prefeito na Faixa de Fronteira; e dizer que o MDB é favorável, não só de agora, mas desde que o Movimento Democrático Brasileiro existe; era uma tese defendida por nós, emedebistas; e além disso, informar também que existem já dois projetos, um do Deputado Federal Paulo Marques e outro do Deputado Maurício Fruet, tramitando nesse sentido na Casa.

Portanto, somos favoráveis também para que haja eleições diretas, na Faixa de Segurança Nacional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, amanhã, dia 12 de maio, estará completando trinta anos, um dos mais vergonhosos acordos já feitos pelo Governo do Estado do Paraná com o Ministério da Agricultura, em detrimento da população indígena deste Estado. É um acordo assinado pelo ex-Governador Moysés Lupion, com o Ministério da Agricultura, que determinou a redução da área, ou de seis áreas indígenas de nosso Estado e que equivalem a cento e cinquenta mil hectares, que foram subtraídos, para não dizer roubados, do nosso indígena; do nosso homem nativo, do homem e inclusive agora está enfrentando a dificuldade de uma nova lei que deverá prejudicar mais uma vez, que é a "Lei da Emancipação do Índio".

Como se não bastasse, essas medidas arbitrárias; essas medidas que sempre vieram prejudicar o homem mais humilde de nossa terra, o Governo de Moysés Lupion, inaugurou uma escalada de grilagens de terra, uma verdadeira guerra subversiva contra o nosso povo, não só contra o índio, contra também o lavrador, que tantas mortes já gerou neste Estado, e hoje depois de trinta anos, um acordo desse tipo; depois de trinta anos, grassarem a violência em nosso Estado, não só contra o índio, como também contra o pequeno lavrador, Moysés Lupion continua vivo e solto; continua grilando terras, sob a cobertura de órgãos do nosso Governo. Refiro-me à Industrial Lupion Ltda. que mantém em cadastro no INCRA, das Áreas de "Pouso Frio", dos Municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, enquanto que o ITC nos informa que estas terras estão cadastradas no INCRA, de propriedade da Madeireira Rio Paraná Ltda. que colonizou aquela área. Enquanto que o INCRA não nos forneceu até o momento, depois de dois meses ter requerido informações sobre a situação daqueles pousos, mas através documentação, sabe-se que estão cadastradas em nome da Industrial Lupion Ltda.

A novela das terras griladas neste Estado, continua; continua a ceifar vidas, a expulsar indígenas, a maltratar colonos e tanto é que trago hoje um caso gravíssimo que já se estende por nove anos, que é o caso dos irmãos Bálico, do Município de Nova Aurora.

É mais uma ilustração, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da tremenda injustiça que acontece, no tocante a distribuição das terras e não só no tocante a ocupação das terras e a grilagem que anda solta, com a cobertura oficial.

Muito já se tem falado em justiça nesta Casa. Quando a Oposição chega a dizer que a mão que se diz estendida, pelo atual regime, está fechada para alguns setores da população, é incompreendida.

Mas, a verdade é que ainda em 1979, reclama-se neste País por justiça e liberdade; liberdade, por exemplo, de uma escravidão vergonhosa a que estão incluídas várias famílias em nosso Estado, que aqui aportaram em 1950, para trabalhar numa área de terra, e que hoje, 1979, estão vivendo em apenas quatro alqueires, cercados de arame farpado, como se fosse um campo de concentração.

Estão encurralados sob a ameaça de grileiros que se encontram armados, promovendo uma série de barbaridades. A esses infelizes lavradores, que possuem como armas a enxada e o arado, os grileiros agem com armas em punho, inclusive com armas presas, com metralhadoras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa demonstração de desrespeito, promovendo conflitos ainda maiores, além de mortes, despejos ilegais, utilizando-se de meios e sistemas combatidos apenas pelo Governo, e nunca foi fiscalizada esta situação.

Esta é uma forma de subversão, Sr. Presidente, subversão a que os Srs. Deputados da ARENA fecham os olhos, porque não têm interesse em buscar soluções.

Aqui no Paraná ainda hoje se mata, se incendiam casas, se promovem despejos à forma armada, com armas pesadas, em áreas de terras em litígios que povoam todo o nosso Esta-

do. Os responsáveis por tais barbarismos de subversão da ordem social, continuam ainda livres, e promovendo cada vez mais, o desentendimento, a desordem, o medo e o terror, a miséria e a morte entre famílias de humildes lavradores, sem que as autoridades constituídas tomem providências.

Esses humildes lavradores e suas famílias não são políticos nem politiquinhos, mas não são subvertedores da ordem nem da lei.

O que fez até hoje o Governo para solucionar tais problemas?

Ou o Governo está de olhos fechados a tão graves problemas?

Porque esta Casa, como a bancada majoritária ainda continua a dizer que na Oposição estão os vermelhinhos, e que a intenção da Oposição é de tumultuar, ao invés de se inteirar dos casos, como os que passaremos a relatar.

Ou será que o problema de terras que envolve também a subversão praticada pelos senhores Todo-Poderosos não pode ser prejudicada?

Esta é uma espécie de subversão, de terrorismo implantado no interior contra humildes lavradores, do qual o Governo tem conhecimento, mas que continua dormindo, enquanto que o pesadelo e a morte rondam os humildes trabalhadores da terra.

A esse terrorismo armado, pesadamente armado, e a esta subversão, os nobres Deputados - desculpem a ausência os Deputados Jurandyr Messias e Erondy Silvério e outros - não combatem.

O lavrador Olívio Bálico e sua família são exemplo talvez um dos muitos exemplos que existem desse terror e subversão desde 1972, que estão mendigando soluções às autoridades municipais, estaduais e federais, e nada conseguiram até hoje.

Os Bálico, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vivem há mais de dez anos cercados em um curral de quatro alqueires, de onde promovem e retiram o sustento para mais de vinte e quatro membros da família, que se encontram hoje em estado financeiro deprimente.

Este problema já foi denunciado na CPI da terra, denunciado e arquivado, numa demonstração de descaso ao assunto.

O fato chegou ao conhecimento, inclusive, o então Presidente Ernesto Geisel, que recebeu relato de tais acontecimentos em 17 de fevereiro de 1975, e outra vez em 29 de outubro de 1976. Extenso relatório foi enviado a várias autoridades, onde Olívio Bálico, um dos irmãos, afirma que Adísio Figueiredo dos Santos, é o grileiro que há nove anos, isso na ocasião do relato - faz uso de um pelotão de jagunços, com o qual destruiu uma cerca de arame e mantém um aeroporto clandestino em suas terras, faz uma série de ameaças aos lavradores e suas famílias e, na oportunidade, chegou usar de avião para pulverizar com veneno suas casas, na tentativa de expulsá-los da terra.

Esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a situação das famílias de lavradores e residentes, ou melhor, encurralados em quatro alqueires de terras, no Município de Nova Aurora, quando o restante de suas terras é retida por grileiros e seus jagunços, que se utilizam de armas de guerra, para promover pânico ou medo, e, em último caso, até a morte de humildes lavradores.

O Sr. José Tavares - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) - Sr. Deputado, sinto-me na obrigação de deixar aqui, o meu testemunho, no seu pronunciamento que diz respeito de Adísio Figueiredo.

Pedi o aparte para, quem sabe, enriquecer mais esse pronunciamento sério e que esperamos que as autoridades passem da meditação para a ação. Porque, quando ainda Delegado de Polícia, tomei conhecimento de fatos gravíssimos, onde essa figura era o ponto alto das atenções.

Esse cidadão que Vossa Excelência mencionou há pouco,

tem sido responsável por invasões, tem sido responsável por arbitrariedades, no que tange ao assunto de terras no Paraná.

Tomei conhecimento do assunto, quando ainda no exercício do cargo de Delegado, através de documentos que não eram sigilosos, de que esse elemento, por muitos e muitos anos, por muitas e muitas vezes, no Município de Assis Chateaubriand fez com que milhares de hectares de terras fossem tomadas, com cobertura, inclusive de força policial, na época, porque ele representava a vontade de pessoas que, hoje, ocupam cargos importantes na administração pública do Paraná.

E várias e várias famílias foram tocadas, foram expulsas de suas terras que hoje estão nas mãos de Adísio Figueiredo!

Então, Sr. Deputado, senti-me na obrigação de intervir no seu pronunciamento, porque o considero muito sério, uma vez que tenho conhecimento profundo de fatos praticados por esse cidadão, em diversos municípios do Paraná, principalmente Assis Chateaubriand, Nova Aurora e Formosa do Oeste.

E isso é lamentável porque sei que ele representa a vontade de pessoa que hoje, e que ontem, ocupava cargo elevado na administração pública do Estado do Paraná.

E isso é profundamente lamentável, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o seu aparte...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pergunta ainda permanece em pé: o que foi feito, até hoje, para se coibir vergonhosa subversão, ou esta subversão que parece até ser legal neste Estado?

Os índios estão a reclamar os seus cento e cinquenta alqueires de terra, perdidos há trinta anos atrás; ao invés de lhes devolverem, foram expulsos mais uma vez, e estão sendo perseguidos; os posseiros estão a reclamar, já há décadas, soluções para as suas terras; no Pouso Frio, em Rondon, onde agricultores se vêm agora às voltas com Itaipu, vão atrás da legalização de suas terras, são empurrados do INCRA, do INCRA para Itaipu, e assim, de órgão em órgão e fazem-lhes, e descrevem-lhes uma tremenda novela sem no entanto ser alcançada a justiça, a justiça que clama o nosso lavrador, o índio e o pequeno e o mini trabalhador desta terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 136/78, que declara de utilidade pública o **RECANTO DO MENOR — CEMIC**, com sede e foro na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 136/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o **RECANTO DO MENOR — CEMIC**, com sede e foro na cidade de Maringá.

**TO DO MENOR — CEMIC**, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 13/79, que dispõe sobre a permuta do lote n.º 6, da Quadra n.º 08, do Perímetro Urbano da cidade de Guaraniaçu, pelo lote n.º 5, da mesma Quadra, sendo o primeiro de propriedade do Estado e o segundo de propriedade do Município de Guaraniaçu. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 13/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote n.º 6, da Quadra n.º 8, do Perímetro Urbano da cidade de Guaraniaçu, com a área de 474,00m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.257, do Livro 3-T, fls. 60, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul, pelo lote n.º 5, da mesma Quadra, com a área de 451,50m<sup>2</sup>, de propriedade do Município de Guaraniaçu, conforme transcrição n.º 8.434, do Livro 3-K, fls. 288, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 13/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 02/79, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 20 de dezembro de 1978, ao convênio celebrado em 04 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 14/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 04/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANACITY, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo datado de 15 de janeiro de 1979, ao convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Paranaity, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;  
RENATO BERNARDI, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/78, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que cria no Município de MARIA HELENA, o Distrito Administrativo, de CARBONERA, cuja sede e divisas especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/78, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Martin Luther -ASSEAMAL, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/78, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais S.O.S., com sede e foro na cidade de Platina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/78, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que denomina "Deputado JOÃO CHEDE", a rodovia PR-151 trecho Palmeira-Ponta Grossa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que cria no Município de TERRA RICA, o Distrito de ADHEMAR DE BARROS, cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, que solicita autorização para reverter ao patrimônio do Município de FRANCISCO BELTRÃO, mediante doação, de imóvel de propriedade do Estado, situado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 03/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras e controle à erosão urbana, na sede do referido município.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que, com fundamento no Artigo 32 da Constituição Federal, nega prosseguimento no trâmite da Denúncia Crime n.º 02/78, em que é autora a Justiça Pública e indiciado Fidelcino Tolentino, Deputado Estadual. Com Parecer da C.C.J., considerando a Proposição em condições de ser submetida à deliberação do Plenário que, **Soberano como é**, deliberará sobre a matéria, pronunciando-se pela concessão da licença ou não, na forma

do projeto, por unanimidade.—

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — É negada, com fundamento no Art. 32 da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional n.º 11, combinado com o Art. 200 da mesma Carta e com o Art. 127, § 4.º, I, do Regimento Interno, a autorização solicitada pelo Tribunal de Justiça, através do ofício n.º 53/79, de 17 de abril de 1979, para prosseguir no trâmite da Denúncia Crime n.º 02/78, em que é autora a Justiça Pública e indiciado Fidelcino Tolentino, Deputado Estadual.

Art. 2.º — A presente resolução vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;  
EZEQUIAS LOSSO, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 50/79

**PARECER**

Através do Ofício n.º 53/79, de 17 do corrente mes, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, subscrito por Sua Excelência o Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Cameiro é solicitada a autorização para prosseguimento da Denúncia Crime n.º -2/78, de Curitiba, na qual é autora a Justiça Pública e indiciado o nobre Deputado Fidelcino Tolentino. Tal solicitação fundamenta-se no disposto no Art. 32 da Constituição Federal, reformulada pela Emenda Constitucional n.º 11, combinado com o Art. 200, do mesmo Diploma Legal, que incorpora os preceitos da Carta Magna aos direitos constitucionais dos Estados.

O problema principal que se nos afigura com a presente solicitação, diz respeito ao considerar sobre a competência desta Casa para deliberar sobre pedidos da natureza que envolve a denúncia, nos moldes como foi formulada e constante das fotocópias anexas à Proposição. Segundo a tradição existente, a matéria é de competência exclusiva desta Casa, envolvendo todos os aspectos de processos e não somente o aspecto político, no sentido da proteção do mandato ao qual está investido o Deputado.

Assim sendo, a competência para deliberar sobre o pedido acima focalizado é deste Poder, o qual deverá estar de posse de todos os elementos, a fim de que o seu convencimento seja da maior clareza possível, para conceder a licença ou negá-la.

É verdade que o pronunciamento deste Poder Legislativo não envolve em tese, prejulgamento. Tanto no caso de se negar a licença, como no caso de concedê-la, sobre a presunção da denúncia, nos moldes em que foi formulada.

Analisando os termos do pedido no ofício do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, como da fotocópia da petição que o acompanha, se nos apresentam dúvidas, se as acusações citadas na denúncia crime configuram-se com o delito que se está imputando ao acusado ou a expressões comumente usadas no calor dos debates de uma sessão plenária de um Parlamento.

Nestas condições o nosso parecer é, no sentido de que a proposição se encontra em condições de ser submetida à deliberação do Plenário e este, **SOBERANO como é**, terá condições suficientes, examinando o inteiro teor da proposição que será publicada através dos avulsos da Ordem do Dia, na sessão de sua votação, a deliberar a matéria pronunciando-se assim pela concessão da licença ou não, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) GERNOTE KIRINUS, Presidente; AGUINALDO PEREIRA



LIMA, Relator.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Curitiba, em 17 de abril de 1979.

Poder Judiciário

D.P. Crime.

## PROPOSIÇÃO N.º 50/79

Senhor Presidente.

Estando em trâmite neste egrégio Tribunal de Justiça, os autos de Denúncia Crime n.º 02/78, de Curitiba, em que é autora a Justiça Pública e indiciado FIDELCINTO TOLENTINO, ora exercendo o mandato de Deputado Estadual, e tendo em vista o disposto no artigo 32 da Constituição Federal, reformulada pela Emenda Constitucional n.º 11, combinado com o artigo 200 deste mesmo diploma legal, que incorpora os preceitos da Carta Magna aos direitos constitucionais dos Estados, e, como na espécie assegura a hipótese constitucional, solicito dessa egrégia Casa de Leis, autorização para prosseguir o presente feito.

(a) ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA – Relator.

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

N/ CAPITAL.

## PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.

I. Junte-se.

II. Ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ARMANDO CARNEIRO,

Relator da Representação Criminal.

Em 05 de dezembro de 1978.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, pelo Procurador Geral da Justiça, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 5.º, inciso XXXVII, da Lei n.º 5.849, à vista da anexa representação n.º 1/77, desse egrégio Tribunal de Justiça, com fulcro no artigo 12, parágrafo 2.º, da Constituição Estadual, 19, VII, letra “a”, do Código de Organização e Divisão Judiciárias, 163 e 164 do Regimento Interno do Tribunal, vem oferecer DENÚNCIA contra FIDELCINO TOLENTINO, brasileiro, casado, Deputado Estadual, residente nesta cidade, podendo ser localizado no Palácio 19 de Dezembro, 5.º andar, Centro Cívico, filho de José Tolentino e de Maria Scalon Tolentino, pelos fatos abaixo expostos:

1. No dia 1.º de agosto do ano de 1977, o denunciado, na qualidade de Deputado Estadual, no Grande Expediente, imputou a Jacy Miguel Scanagatta, Prefeito Municipal de Cascavel, em razão do exercício das funções do cargo, como demonstram os documentos de fls 7 a 24, 35 a 39, a prática de atos que ofenderam a sua dignidade e decoro, pronunciando-se da seguinte forma:

“No último pleito municipal, sem embargo dos motivos éticos que se tem retraído no trato específico dos seus assuntos internos, o homem que o Governo do Estado apoiou, e que Sua Excelência o Presidente da República não hesitou em prestigiar, acabou vencendo o concurso formal do júzo popular. SEJA SUBSIDIADO POR POLPUDAS VANTAGENS FINANCEIRAS DISPENDIDAS NO ALICIAMENTO DE CABOS ELEITORAIS, SEJA PORQUE O POVO AINDA UMA VEZ RECEBEU AS MENSAGENS DOS GOVERNOS E QUIS DAR-LHES MAIS UMA OPORTUNIDADE, PRETIGIAN-DO O NOTÓRIO E BADALADO AFILHADO”.

“Mal começou a legislatura e o Poder Executivo se insur-

giu de modo peculiar contra componentes do Legislativo impondo condições, PROMOVENDO BARGANHAS E ARTICULANDO FÓRMULAS DE ABSORVER A LIBERDADE DO PARLAMENTO; ATRAVÉS DE EXPEDIENTES MENOS RECOMENDÁVEIS DIRIGIDOS A SEUS COMPONENTES”.

“NAS RUAS DA CIDADE CIRCULAM OS MAIS ESTRANHOS BURBURINHOS SOBRE CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA E QUE AS GESTÕES DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NO PLANO ESTADUAL E FEDERAL, TÊM SIDO FEITAS NO SENTIDO DE BUSCAR RESULTADOS PESSOAIS E IMEDIATISTAS, INSUPORTÁVEL PARA O ESTÁGIO EM QUE VIVEMOS. FALA-SE DE SUAS REINVIDICAÇÕES DE CONCESSÃO DE CANAL DE TV e Rádio em Cascavel que tem dado azo a desairosos comentários públicos”. “... E A TUDO NÃO SE CURVOU O INTRANSIGENTE E PODEROSO CHEFÃO”.

“Vereadores dos dois partidos ponderaram incessantemente sem êxito, porém atendendo, quem sabe a orientação do Governo Estadual ou da Chefia Regional do seu partido, DETERMINOU A APROVAÇÃO DAS CONTROVERTIDAS CONTAS DA EXPOVEL, CUJO RELATÓRIO DE UM SEU ASSESSOR ACUSA UM DESVIO DE MAIS DE UM BILHÃO DE CRUZEIROS ANTIGOS”.

“DIANTE DE TAMANHOS ABUSOS, a população indefesa conta com a tomada de posição do Poder Legislativo de Cascavel”.

“Hipotecando irrestrita e incondicional solidariedade aos vereadores que tomaram a iniciativa de resguardar a tranqüilidade do município e acudir os interesses dos contribuintes e que nesta hora imperativa de resistir formulam um projeto de lei que visa afastar A ARROGÂNCIA E A ARBITRARIEDADE COM QUE VEM SENDO CONDUZIDA A CHEFIA DO MUNICÍPIO, NUMA CONFUSÃO DETURPADA DO CONCEITO DA ORDEM PÚBLICA, ONDE O CONDUZIMENTO DOS NEGÓCIOS COLETIVOS TOMAM CARACTERÍSTICAS DE INTERESSES PEQUENOS E ÀS VEZES ATÉ PARTICULARES”.

2. Portanto, o chefe do executivo municipal de Cascavel foi acusado pelo denunciado, seu desafeto político de longa data, de vencer as eleições municipais porque subsidiado por polpudas vantagens financeiras no aliciamento de cabos eleitorais, de ser notório e badalado afilhado político de autoridades superiores, de promover barganhas e articular fórmulas para restringir as liberdades dos legisladores municipais utilizando-se de expedientes não recomendáveis, de praticar corrupção administrativa buscando proveito pessoal e imediatista, de ser um “poderoso chefeão”, isto é, “um mafioso”, de ordenar a aprovação de contas irregulares, de praticar abusos, de ser arrogante e arbitrário na chefia do município, fatos que, só por si, revelam o firme propósito de injuriar.

3. As palavras injuriosas, além de dirigidas contra funcionário público, em razão de suas funções, foram proferidas em sessão pública da Assembléia Legislativa na presença de inúmeras pessoas, propiciando, em consequência, divulgação através do jornal “O Estado do Paraná”, edição do dia seguinte, sob o título “Scanagatta prestes a renunciar”, em anexo.

Por assim proceder, denuncio FIDELCINO TOLENTINO como incurso nas penas do artigo 140, combinado com o art. 141, inciso II, ambos do Código Penal, requerendo seja citado para o interrogatório, pena de revelia, e demais termos da ação penal, com observância do rito estabelecido no art. 556 a 560 do Código de Processo Penal, até final condenação nas penas principais e acessórias.

P. deferimento.

Curitiba, em 29 de novembro de 1978.



## GUILHERME DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Procurador Geral da Justiça

## ROL:

## INFORMANTE:

1. JACY MIGUEL SCANAGATTA, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Cascavel;

## TESTEMUNHAS:

1. ANDRÉ HEITOR COST, brasileiro, casado, economista, residente na cidade de Cascavel, neste Estado;
2. PAULO ÂNGELO MELANI, brasileiro, casado, comerciante, residente na cidade de Cascavel, neste Estado;
3. ALDO JOSÉ PARZIANELLO, brasileiro, casado, advogado, residente na cidade de Cascavel, neste Estado.

Em votação. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Favoráveis à Resolução da Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Exatamente, Deputado. Aprovado por unanimidade. — **Aprovado** o projeto de resolução da Comissão de Constituição e Justiça, negando portanto, o prosseguimento.O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lurdes Bonin. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Francisco Borges. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ervino Bamberg. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Jay Feltrin, ocorrido na cidade de São João do Itaipó. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Belfort Duarte. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de regozijo aos novos Desembargadores, que em data de hoje tomaram assento ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que seja construído um Trevo na PR-463. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao representante do Ministério Público da Comarca de Araucária, encaminhando documentos que comprovam corrupção administrativa na Câmara Municipal de Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja estudada a possibilidade de ser iniciada a construção dos trechos da

BR-467, que ligam a cidade de Toledo, às cidades de Marechal Cândido Rondon e Guaíra. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Essa reivindicação que foi exposta em requerimento do ilustre Deputado da bancada Situcionista, tem o outro requerimento do mesmo sentido de nossa autoria, que foi encaminhado há dois dias atrás; e se fosse possível, Sr. Presidente, então que se cassassem esses documentos, esses requerimentos até porque a petição, a reivindicação veio subscrita por duzentos e cinco moradores daqueles distritos, um abaixo-assinado, cujas cópias foram encaminhados ao Deputado Egon Pudell e a nossa pessoa. Parece-me, então, para que, regimentalmente, melhor se processasse o requerimento se fizesse, então, a unificação dos mesmos, é lógico ouvindo o Deputado subscritor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa, de acordo com informação do ilustre Deputado, a Mesa vem constatar que existe um requerimento de autoria do nobre Deputado Nelton Friedrich - requer seja encaminhado ao DER o abaixo-assinado dos moradores dos Distritos de Dois Irmãos, Esquina, Ipiranga e Município de Toledo, solicitando a conservação da estrada que liga aquela localidade à sede municipal.

A Mesa...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Antes que Vossa Excelência tome uma decisão, apelo a Vossa Excelência, à Mesa para que, devido a ausência do nobre Deputado subscritor do requerimento, Vossa Excelência submeta à votação do Plenário, porque nada impede que os dois tramitem, sejam encaminhados à autoridade competente, separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que irá colocar em votação, os dois requerimentos, separadamente.

Em votação o requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Egon Pudell. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich. Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de autorizar a construção da 2a. via com pavimentação asfáltica na sede do Distrito de São José, Município de Santa Helena. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que seja construído um novo estabelecimento de ensino abrigando o 1.º grau completo, bem como seja reformado o Grupo Escolar existente na localidade de Flor da Serra, Município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, contendo apelo encarecendo a permissão para os veículos de carga, portadores de nota fiscal endereçada a Curitiba, possam ter o competente acesso aos pontos de carga e descarga, através da Rodovia do Café. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expe-

diente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado, Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, reivindicando sejam incentivadas as pesquisas com referência à produção de menta em nosso Estado. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de apelo à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de transformar o Posto de Correio do Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, em agência postal. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que seja construída uma Escola Isolada com 3 (três) salas de aula, na localidade de Ferrari, Município de Campo Largo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que informe todas as razões que levaram soldados do 6.º Batalhão Policial Militar de Cascavel, a guarnecer ostensivamente a Casa Paroquial de Medianeira, local onde estavam reunidos 950 agricultores. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, no sentido de que se inclua o Município de Campo Mourão no Programa de Descentralização Industrial, como Polo Industrial Regional. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, no sentido de que se inclua o Município de União da Vitória, que é sede de Micro-Região, no Programa de Descentralização Industrial, como Polo Industrial Regional. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, lido da tribuna, solicitando voto de apoio e aplauso ao Sr. Presidente da República, bem como ao Sr. Presidente do CND, pelas anunciadas medidas na área do esporte, no que se refere à construção de módulos esportivos. — Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres companheiros de Casa, nobres Deputados, entendo como muito oportuna a solicitação do ilustre companheiro João Elísio. A preocupação realmente de trazer ao Paraná os benefícios da criação desses polos esportivos.

Porque atualmente o Governo Federal apenas aplica estas verbas a fundo perdido em municípios do norte e nordeste do País. E se faz necessário que o Paraná grite, que o Paraná participe ativamente de uma corrente visando solicitar também para o nosso Estado os mesmos benefícios.

Não entendemos que o caso requer discriminação, porque acreditamos na sensibilidade dos homens que hoje comandam a Nação, e que coordenam este setor muito importante na vida de todos nós.

Por isso, vou votar favoravelmente à matéria, acreditando que o Paraná estará unido em torno da solicitação do Deputado João Elísio Ferraz de Campos. E faço daqui um pedido, para

que a Liderança da Casa, a Liderança do Governo na Casa, Deputado Erondy Silvério, faça um apelo pessoal ao Governador do Estado, para que interfira também.

Porque é importante para o Paraná que esses polos esportivos venham a beneficiar muito dos nossos municípios.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser procedida a conservação da estrada que liga a cidade de Toledo à Vila Ipiranga. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, encarecendo sindicância no 13.º Distrito Rodoviário, com sede em Campo Mourão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto-me na obrigação de pedir o encaminhamento de votação para esse requerimento do ilustre Deputado Darcy Deitos, da minha região de Campo Mourão, e devo de início, dizer de que o Dr. Mattiello, como é conhecido na nossa região, não é um companheiro político meu, nem sei a que corrente política ele pertence. Porém, eu o conheço como Chefe do DER e como cidadão da minha cidade.

Analisei com atenção o requerimento formulado pelo nobre Deputado Darcy Deitos. Nos seus itens, começa dizendo: de que o Engenheiro-Chefe daquele distrito, desfez, desmanchou ou destruiu várias casas de residenciais, de moradores, de operários ou funcionários do DER.

Restou-nos saber porém, da necessidade de desmanchar ou não estas casas. Conheço um dos problemas aqui narrado, que é desmanchar em um distrito daquele município, cujo distrito, a estrada que era administrada, zelada e cuidada pelo DER, passou agora ou está passando agora para a atribuição do Governo Federal, através do asfalto que ali está se construindo, que já se acha na imediação do distrito.

Não sei então, e fico em dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se era necessário ou não desfazer aquelas velhas casas, do Distrito de Farol.

Cita que se desmanchou outras casas em Campo Mourão, e eu como Vereador que daquela cidade fui por nove anos, verifiquei em outras oportunidades que se desmanchou casas e se reconstruiu casas. Então, nos resta saber porque razão também foram desmanchadas estas casas.

No item seguinte, denuncia o requerimento de que o Engenheiro-Chefe não deixa e não permite que os moradores reformem suas casas. Desconheço o regulamento do DER, não sei se é mesmo permitido que cada morador das suas casas possam mudar a casa a seu bel prazer. Talvez exista um regulamento superior e está sendo cumprido.

Fica também uma dúvida.

No item C, não deixa que os funcionários se utilizem da água da colônia, é uma denúncia pesada.

Há poucos dias atrás, o nobre Deputado Darcy Deitos fez da tribuna uma denúncia da situação da água de Campo Mourão; é uma situação que ainda persiste, nós concordamos com ela, e ela persiste. Então, essa medida da água tomada pelo DER, eu não sei se ela está coadunando com a necessidade, a falta de água na cidade ou é um caso isolado do DER.

Carece então, para minha decisão, um melhor estudo e uma melhor certeza deste aspecto. E continua narrando enfim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma série de denúncias que, ao meu ver, nenhuma delas está perfeitamente caracterizada a sua comprovação neste requerimento. A não ser a briga do Chefe do

DER com o juiz de futebol, e a mim isto não parece uma denúncia que justifique vir aos Anais desta Casa.

E além disto, fico em dúvida, não sei se ele é agredido ou agressor nesta briga com o juiz de futebol. Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordo e voto a favor deste requerimento, porque ao final dele diz: que encaminhe ao Diretor do DER e que seja feita uma sindicância, e que do resultado desta, então se possa afastar da Chefia do DER de Campo Mourão, o Dr. José Marcello.

Reafirmo aqui, de que se forem aprovadas todas estas denúncias, sou inteiramente favorável ao afastamento deste engenheiro. Porém, se nada for provado, as denúncias mais fortes que justificavam a sua retirada não ficarem devidamente provadas, voltarei a manifestar-me sobre este assunto.

Portanto, sou favorável ao encaminhamento deste requerimento, dizendo que, como pessoa, conheço o Dr. José Marcello como Presidente da APAE, da Escola de Excepcionais de minha cidade, e por isto, não vejo nele um carrasco como aqui foi narrado; vejo-o como um cidadão humano que tem procurado a mim na busca de verbas para que se possa dar uma assistência social aos excepcionais; vejo-o como pessoa, por um outro ângulo.

Mas, reservo-me enfim, para, depois da sindicância, fazer a minha análise final, aprovando o encaminhamento deste requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, nobres Deputados.

Ouvi com atenção as ponderações do eminente Deputado Augusto Carneiro, com quem tenho a honra de dividir a representação do povo de Campo Mourão nesta Casa. Mas, muito bem disse o nobre Deputado, de que quem deverá verificar as irregularidades denunciadas, é a sindicância ora proposta.

Foi-me feita uma denúncia por inúmeras famílias de trabalhadores do DER de Campo Mourão, que tem 267 trabalhadores, se não me falha a memória do número correto, que estão sob a jurisdição do 13.º Distrito de Campo Mourão. E, entre um prepotente e 267 trabalhadores, fico com os trabalhadores; e entre um mil prepotentes e um trabalhador, sempre vou ficar com o trabalhador, porque esta Casa de Leis existe também para serem apuradas as irregularidades que são cometidas contra os pequenos.

Então, nobre Deputado Augusto Carneiro, Vossa Excelência muito bem disse, e é com justiça que a sindicância apure as irregularidades, que Vossa Excelência se digne um dia ir a Campo Mourão fazer uma visita no DER, como eu fui, várias vezes, e ver que a água de lá é fornecida pela própria colônia, com bomba da colônia do DER, e ele não permite que eles usem água das nove horas do sábado até às oito horas do domingo, confundindo água com gasolina. E ele é totalmente prepotente, pelas denúncias que estão aí, que foram várias famílias que as fizeram e que me procuraram.

Nobre Deputado, que seja feita esta sindicância, porque Vossa Excelência que muito bem sabe que o admiramos e que somos amigos de longa data.

Mas, estranhei há dias atrás, uma notícia que me foi transmitida por eminentes companheiros da minha cidade de Campo Mourão, quando Vossa Excelência estava dando uma entrevista na Rádio Colméia, de Campo Mourão, dizia que requerimentos apresentados por este Deputado a esta Casa; que fiz vários durante esses 70 dias aqui nesta Casa, dando a minha humilde colaboração para o povo da minha terra, Vossa Excelência dizia de que esses requerimentos de nada valiam; o que valia é o seu trabalho de bastidores.

Mas, nobre Deputado Augusto Carneiro, é graças a esse trabalho de bastidores, bem como do antigo coronel da polí-

tica de Campo Mourão que hoje está aí no Tribunal de Contas, que a nossa cidade não tem água, não tem indústria. Que era a quarta ou quinta cidade do Paraná e que hoje está relegada a segundo plano.

Então, nobre Deputado Augusto Carneiro, é graças a este trabalho, que só beneficiou uma oligarquia política, mas que graças a Deus, hoje, esta oligarquia política está falida na minha terra de Campo Mourão.

Então, nobre Deputado, que a sindicância seja realizada e que sejam apurados os fatos, porque, como eu disse no início, entre um prepotente e 250 trabalhadores, fico com os trabalhadores, e entre um milhão de prepotentes, eu fico com um trabalhador.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação o requerimento.

O SR. FLORISVALDO PALÁCIOS (Para encaminhar) — Sr.

Presidente, Srs. Deputados, prestei atenção quando da apresentação do presente requerimento. E depois tive oportunidade, por uma sessão do mesmo, num ato de cavalheirismo, pelo nobre Deputado Darcy Deitos, e procurei analisar os motivos aqui expostos, não pelo âmbito político da questão, não por se tratar de uma área política a que pertença, e não pretendo mesmo por isso, entrar no mérito da questão sobre este ângulo.

Todavia, me permito usar da palavra, no encaminhamento de votação porque conheço profundamente o Engenheiro Fernando Matieno, que está sendo denunciado através deste requerimento.

Conheço-o desde há longo tempo, por ter nascido em nossa terra, em nossa região; por ter tido uma formação humilde e também porque trabalhou, aproximadamente, como meu Engenheiro Auxiliar; conheço-o como homem justo, mas acima de tudo, como ser humano. E me pairam dúvidas sobre algumas denúncias, exatamente porque conheço o espírito humanitário deste engenheiro. E, as dúvidas se colocam porque se é humanitário, também é um homem justo. E, quando se aplica a justiça, geralmente atingimos alguém. Quando fazemos cumprir a lei, também atingimos alguém. E não sabemos realmente da veracidade das denúncias. Não duvidando do nobre Deputado, e sim talvez das fontes. Mas, como nos colocamos também numa posição de dúvida, e por conhecer este engenheiro e por tentar colaborar com o espírito de justiça, vou também votar pelo encaminhamento do requerimento, dar o meu apoio, para que se apurem realmente os fatos através de uma sindicância pelo DER.

Todavia, peço ao nobre Deputado que me permita fazer alguns reparos antecipados, porque o nobre Deputado que apresentou o requerimento, aprioristicamente chama, antes que se tenha o resultado da Comissão, vem imputar a esse engenheiro o nome de ditador, vem imputar o nome de prepotente, e como conhecedor desse companheiro, não posso aceitar, antes do resultado da Comissão.

Se o nobre Deputado tivesse colocado as coisas da seguinte forma: que poderia ser prepotente, se isso acontecesse; que seria um ditador, se realmente tivesse colocado as coisas assim, eu aceitaria sem a menor discussão.

Mas, não venho aqui em defesa, "a priori", mas sim, procurando fazer justiça, porque conheço também os homens do DER, e acho que nós devemos fazer justiça àqueles homens.

E quando o nobre Deputado fala em trabalhador, devo dizer que este engenheiro também é um trabalhador, e que nós, Deputados, também somos trabalhadores, a não ser aqueles que, esporadicamente deixam de cumprir as suas obrigações.

Trabalhador é todo aquele que cumpre com a missão que lhe é determinada, e que atende às determinações de seu cargo e sua posição, e que exerce legalmente e com justiça, as suas funções. Não acredito que trabalhador seja somente aquele que está colocado somente numa posição.

Quanto ao problema da água, não pretendo discutir itens das denúncias, porque prefiro, como já disse antes, aguardar a solução da sindicância. Por isso mesmo, conheço alguns casos porque já havia recebido comentários a respeito do assunto.

Mas, sou daqueles que a justiça deve ser feita, e caso sejam comprovadas as denúncias, seremos aqueles que aprovaremos posteriores medidas, para que sejam sanadas as irregularidades.

Todavia, quero que me seja reservado o direito, como já foi dito pelo nobre Deputado Augusto Carneiro, não como político, mas como companheiro, de solicitar a Vossa Excelência, após os resultados da sindicância, caso sejam elas provadas ao contrário, pediria a Vossa Excelência que nos concedesse o nome das fontes informantes, para que se fizesse justiça, e não se permitisse justiça de acusar homens aprioristicamente, de prepotentes e de ditadores, porque é muito normal e fácil fazer acusações, e o ônus da prova, parece-me que cabe ao acusador.

Não quero aqui, fazer injustiça com Vossa Excelência, que traz fatos baseados em informações, como já foi esclarecido. E por isso mesmo, tão logo haja oportunidade, nós procuraremos Vossa Excelência, como já mantivemos alguns contatos a respeito deste caso, para que possamos realmente fazer justiça como quer Vossa Excelência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por isso mesmo, somos favoráveis à aprovação do presente requerimento.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 111/78, 04/79 e 08/79, e de Resolução n.º 24/79;

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 40/79

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 24/77, 06/78, e dos de Resolução n.ºs 25, 27, 30, 31 e 33/79.

Levanta-se a Sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### 9ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, na Sala do Gabinete da Presidência, anexo ao Plenário reuniu-se extraordinariamente, conforme convocação a Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com a Resolução n.º 327/77, sob a presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, e presentes os Srs. Deputados Waldyr Pugliesi, José Tavares, Luiz Alberto Oliveira, Paulo Camargo, Werner Wanderer, Deni Schwartz, Adalberto Daros, João Elízio, Airton Cordeiro, Nelson Friedrich, Mário Celso e Aguinaldo P. Lima, bem como demais Deputados. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1) PROJETO DE LEI n.º 14/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 24/79, encaminhando anteprojeto de lei para reverter, mediante doação, ao Município de Cascavel, terreno que especifica. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer Favorável. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI n.º 26/79, do Deputado Mário Celso. Declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol de Salão, com sede nesta Capital. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI n.º 144/78, do Deputado Francisco Escorsin, Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede em Ubatã. Relator Deputado Luiz Alber-

to Oliveira. Parecer Favorável. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI n.º 64/77, do Deputado Aragão de Mattos Leão, Integra na jurisdição da Inspeção Regional de Ensino, com sede em Guarapuava, o Município de Prudentópolis. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer Contrário. Aprovado. 5) PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 381/77, do Deputado Antônio Facci. Cria dentro da estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, a Consultoria de Finanças e Orçamento. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer Favorável com Emenda. Aprovado. 6) PROPOSIÇÃO n.º 09/79, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto ao Projeto de Lei n.º 101/78, do Deputado Waldenício Barbalho. Veto parcial. Relator Luiz Alberto de Oliveira. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 7) PROPOSIÇÃO n.º 12/79, do Poder Executivo, Mensagem n.º 01/79, encaminhando convênio entre o Governo do Estado e os Municípios de Atalaia e Presidente Castelo Branco, como especifica. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI n.º 45/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 50/79, encaminhando anteprojeto de lei que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos, como especifica. Relator Deputado João Elízio. O Sr. Presidente solicita ao Sr. Deputado Paulo Camargo que assuma a Presidência da reunião, a fim de que possa participar da discussão sobre o processo. Parecer Favorável. Em discussão. O Sr. Deputado Nelson Friedrich sugere seja o mesmo convertido em diligência ou sejam convidados os Srs. Secretários de Finanças e Planejamento, para prestar esclarecimentos. O Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira é de opinião que seja ouvido, pelo menos, o Sr. Secretário de Finanças, O Sr. Deputado Gilberto Carvalho solicita que seja primeiro apreciado o projeto de lei em seu aspecto legal e constitucional, e depois se façam as diligências. O mesmo é aprovado pelo Sr. Deputado Airton Cordeiro. O Sr. Deputado Deni Schwartz é favorável que as diligências sejam procedidas antes da apreciação do Projeto, uma vez que há dúvidas também sobre o seu aspecto constitucional. O Sr. Deputado Paulo Camargo esclarece que o mérito, neste caso, deve ser apreciado. Após discussão foi aprovada a proposição dos Srs. Deputados Nelson Friedrich e Luiz Alberto de Oliveira, que sejam convidados os Srs. Secretários de Estado, Dr. Véspero Mendes e Dr. Edson Guimarães, da Pasta de Planejamento e Finanças, respectivamente. O Sr. Deputado Werner Wanderer solicita ao Srs. Deputados que as indagações sobre a matéria sejam feitas por escrito e antecipadamente. Decidiu-se também que os Srs. Secretários serão convidados a comparecer à Comissão na quarta-feira, dia nove, à hora regimental, na Sala de Reuniões das Comissões. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes à reunião, e por mim Rita Soares Bertolli, Secretária.

(aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente

Rita Soares Bertolli - Secretária

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 9ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ezequias Losso. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI n.º 136/78, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Recanto do Menor - CEMIC, com sede e foro na cidade de Maringá. PROJETO DE LEI n.º 13/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 21/79, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a permuta do lote n.º 6, da Quadra n.º 08, do perímetro urbano da cidade de Guaraniaçu, pelo lote n.º 5, da mesma quadra, sendo o primeiro de propriedade do Estado e o segundo, de propriedade do Município de Guaraniaçu. PROJETO DE LEI n.º 51/79, de autoria do Deputado João Elízio, que dá nova redação ao art. 1.º, da Lei n.º 6628, de 17/10/74.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 13/79, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 15/79, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paranacity, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais . . . . .

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente.

Lélío Guimarães Sotto Maior – Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 9ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ezequias Losso. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado

Augusto Carneiro apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 20/79, que aprova o Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 23/79, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mirassol, com interveniência de órgãos que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 24/79, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios aqui nominados, objetivando a execução de emergência destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18/79, de autoria da C.C.J., ex-Proposição n.º 28/79, que aprova os Termos Aditivos aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, para que produza os efeitos legais. . . . .

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior – Secretário